

1 **ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE**
2 **DEFESA DO MEIO AMBIENTE.** Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil de
3 dezessete, na sala de reuniões do Paço Municipal de Maringá, localizada na avenida
4 Cerro Azul, 544 zona 02, no horário das oito horas e trinta e cinco minutos, compareceram
5 à reunião os conselheiros, Juliane Aparecida Kerkhoff; Ederlei Alkamin; Sandra
6 Nepomuceno; Segeo Serrano dos Santos; Marcelo Félix Frade; João Pedro Pereira Neto;
7 Luiz Eduardo Borin Gonçalves, Lilianny Ripke Gaspar; Marco Bosio, Ana Domingues;
8 Plínio Silva; Alessandra de Oliveira de Jesus; Elpígio Serra; Joaquim Nereu; Elenice
9 Abreu; Letícia; Douglas Lima e Ana Cláudia da Mata. **1 - Encaminhamentos da**
10 **Secretaria Executiva** – Rogério informou a troca de conselheiros da SEDUC o Senhor
11 Paulo Victor Santos por Alessandra Conceição. Rogério informou que há uma
12 incongruência nos Planos de manejo do Horto Florestal e Bosque 2 que precisa ser
13 resolvido para sua execução. Neles consta a limpeza em até 3,5m da cerca de todas
14 espécies arbóreas para evitar a evasão de fauna, e em outra parte contempla o
15 enriquecimento de borda como forma de evitar a entrada da flora exótica invasiva nas
16 unidades. Recomendou que o COMDEMA discutisse o assunto e definisse a ação a ser
17 tomada. Foi entendido que o assunto é complexo, ficando definido um grupo de trabalho
18 para discuti-lo, este grupo será composto por: Ana Domingues, Ana Cláudia da Mata;
19 André Furlaneto, Paulo Milagres, Joaquim e Rogério Lima, serão convidados também os
20 engenheiros da SEMUSP (Ricardo e Ciro). Em continuação, foram apresentadas as
21 **Justificativas das ausências:** Unicesumar; Cocamar; Copel; Feitep. Na sequência; **3 –**
22 **Aprovação das Atas anteriores** – sendo que as atas da 3ª Reunião Extraordinária, da 9ª
23 Reunião Ordinária, da 10ª Reunião Ordinária, e da 4ª Reunião Extraordinária foram
24 aprovadas por unanimidade; **4 - Conhecimento e discussão sobre o Decreto do**
25 **Grande Gerador de Resíduos** – A diretora Juliane começou tratando do histórico da
26 redação do Decreto, no qual fora constituída no início do ano uma comissão entre as
27 secretarias SEMA, SEMUSP, PROGE e SEFAZ. Lembrou que o Decreto foi encaminhado
28 na semana passada a todos os conselheiros. Ressaltou que a partir de janeiro de 2018 os
29 grandes geradores serão oficiados para se adequarem ao novo Decreto. Na análise dos
30 planos de gerenciamento de resíduos, os técnicos da SEMA vistoriarão os
31 estabelecimentos para verificação do grande ou pequeno gerador. Os grandes geradores
32 indicados pela SEMA – (SUGESTÃO: TERÃO SEU SERVIÇO DE COLETA SUSPENSA
33 PELA SEMUSP) e assim a semusp não irá mais realizar a coleta deste. A partir deste
34 momento, deverá tomar providências, a SEMA irá fiscalizar e poderá aplicar multa de
35 500,00 reais por dia, caso seja descumprido o Decreto. A Juliane pontuou que no Decreto,
36 o grande gerador terá um contêiner diferenciado que de preferência ficará dentro da
37 empresa. Foi apresentado (pela Juliane) o gerente de coleta da Semusp Branco, que
38 disse que há muitas misturas de lixos e não tem como fazer uma coleta separada. Juliane
39 apontou também que as empresas podem doar seu material reciclável, se quiserem, e em
40 caso de venda é livre. O conselheiro Plínio afirmou que o Decreto passa a impressão que
41 está facilitando a vida do gerador, o que foi contestado pela Juliane, que afirmou que não,
42 pois o Decreto restringirá algumas ações, o qual cria os critérios além do volume e litro.
43 Segundo o conselheiro Eduardo o grande problema é o gerador doméstico, porque o
44 grande gerador é fácil de lidar e a grande maioria faz corretamente, porém muitos
45 grandes geradores tentam se enquadrar em pequenos geradores e não são. A
46 conselheira Letícia citou o problema de restaurantes que distribuem sacolinhas pelo bairro
47 para diminuir seu volume de geração, falou que existe um plano de gerenciamento de
48 resíduos, mas não é entregue um plano, uma cartilha. Segundo a Juliane o consultor deve
49 entregar esta informação aos seus clientes. Ana Domingues questionou se neste Decreto
50 está exigindo a separação de rejeito e reciclável, e Juliane disse que no plano de
51 gerenciamento isso é exigido. O conselho decidiu que esta discussão ainda é longa e que
52 após a efetivo início do Decreto o Conselho voltará a discutir o assunto. **5 - Parecer**

53 **do Conselho sobre o Projeto de Lei 14.357/2017 sobre a proibição do abate de**
54 **equinos, asininos e mueres em Maringá** – Será pedido a justificação da ausência do
55 conselheiro Mantovani, autor do projeto de lei, oficiando para que o vereador envie a
56 justificativa técnica para o artigo de lei, todos concordaram. **6 - Discussão sobre Projeto**
57 **de Lei 14089/2017 que trata de corte e poda da arborização urbana** – Rogério
58 informou que na última reunião extraordinária foi elaborado o Parecer Técnico em parceria
59 com a Comissão de Gerenciamento de Arborização Urbana de Maringá e que este foi
60 protocolado no Gabinete do Prefeito pela presidente Lilianny. Todos tomaram ciência e
61 aprovaram a ação. **7 - Aprovação do Calendário de Reuniões de 2018** – Rogério
62 apresentou o calendário proposto no qual é uma reunião mensal na terceira quarta-feira.
63 Todos aprovaram e ficou definido que será no período da tarde começando às 13h30. **8 -**
64 **Apresentação da Arq. Rosa sobre a compensação do CO₂ do RIV** – Rogério afirmou
65 que a Rosa foi convidada pela conselheira Letícia para explicar o procedimento que ela
66 utilizava enquanto coordenadora no Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) e que
67 também falaria o conselheiro Douglas, atual participante da comissão do RIV. Na
68 apresentação da Rosa foram explicadas as diferenças do cálculo dependendo de
69 empreendimento, que fora implantado para ser algo justo que todos pudessem participar.
70 Apresentou também alguns resultados obtidos. Assim, foi questionado ao Douglas qual a
71 metodologia atual de plantio de mudas, pois o número de indicação de doação de mudas
72 reduzira muito. Douglas afirmou que esta metodologia antiga beneficiava o município,
73 mas não necessariamente calculava a correta compensação de CO₂, devido a
74 variabilidade de veículos, e só doar, sem plantio sistemático não compensa
75 necessariamente. Disse que há apenas a Lei 10090 que fala da compensação de CO₂
76 produzido por um edifício, e um edifício residencial impacta muito mais o sistema viário
77 local. Liliane afirma que deve ter uma lei e fiscalizar isso. A Rosa falou que no final da
78 gestão passada tentou-se colocar os cálculos no decreto. Lilianny sugeriu colocar estas
79 definições no plano de arborização. A Ana Cláudia da Mata sugeriu a retirada de
80 espécies exóticas reduzindo o número de mudas adicionando o manejo de
81 reflorestamento. A Ana C. da Mata falou ainda que a SEMA gostaria de ser consultada no
82 caso de doação de mudas, pois não tem mais local para plantio sem que se faça o
83 manejo das espécies exóticas. Douglas disse que isso deveria ser conversado com a
84 gerência e afirmou que a sema não está participando efetivamente das reuniões. A
85 Juliane falou que na sema está realizando o geoprocessamento dos locais e
86 compensação das empresas por todos os Termos de Ajustes de Conduta (TAC). O
87 Secretário Ederlei propôs que na próxima reunião trará algum resultado sobre este tema,
88 após conversado com a Seplan. O Ederlei irá conversar com a Secretária da Seplan e
89 constituir um grupo de trabalho e trazer os resultados para o COMDEMA. E a convite da
90 conselheira Letícia o consultor Leonardo apresentará proposta de compensação de CO₂
91 na próxima reunião. **9 - Informes gerais.** O conselheiro Plínio cumprimentou a equipe
92 do COMDEMA e agradeceu que vários conselheiros que participam de vários grupos,
93 recomendou preservar o espírito de equipe, salientou a importância do trabalho, apontou
94 a necessidade de algumas ações urgentes do plano de arborização. A conselheira Ana
95 Domingues apontou sobre a necessidade de fiscalização da Lei do silêncio, afirmando
96 que o problema vem aumentando e incomodando as pessoas. Segundo a Conselheira
97 Juliane a SEMA já começou o controle noturno, através do trabalho dos fiscais, e na
98 oportunidade, foi recomendado que este assunto seja discutido como item de pauta para
99 próxima reunião, sendo aprovado por todos. A presidente Lilianny agradeceu todos
100 conselheiros por todo o trabalho no conselho ao longo de todo o ano e desejou um feliz
101 natal e próspero ano novo. Lilianny encerrou a reunião a constar, lavrando-se a presente
102 ata, que após será lida e assinada pela presidente e secretária.